

A REGIONALIZAÇÃO DOS VOTOS PARTIDÁRIOS PARA CÂMARA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO NAS ELEIÇÕES DE 2010

The regionalization of party votes for federal chamber in Rio de Janeiro in elections of 2010

Andreza Davidian

Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap)

✉ davidian.andreza@gmail.com

Glauco Silva

Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap)

✉ glauco.p.silva@gmail.com

Lara Mesquita

Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap)

✉ laramesquita@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a necessidade de se avaliar o resultado eleitoral nas disputas proporcionais federais como fruto de estratégias adotadas pelos partidos sob a perspectiva espacial. Será tomada a eleição de 2010 no Rio de Janeiro para análise, buscando-se identificar se a votação dos partidos se distribui ou não de maneira homogênea ao longo do território e quais as áreas de relativa concentração destes votos. Mostrou-se que, sobretudo para os maiores partidos, estes votos estão dispersos.

Palavras-chaves: Estratégia partidária; eleições proporcionais; regionalização de votos.

Abstract: The objective of this article is to discuss the need to evaluate the election result in proportional federal disputes as a result of the strategies adopted by parties from the perspective of space. It will take the election of 2010 in Rio de Janeiro for analysis, seeking to identify if the party vote is distributed or not homogeneously throughout the territory and which areas of relative concentration of these votes. It was shown that, especially for larger parties, these votes are dispersed.

Key words: Party strategy; proportional elections; regionalization of votes.

Introdução

Os estudos sobre a consolidação do sistema partidário brasileiro ainda buscam identificar os mecanismos de seu funcionamento. Após longa tradição de trabalhos que aponta a fragilidade dos partidos, parte da literatura busca indicar a importância destes como atores relevantes na organização do sistema. Trabalhos como o de Limongi e Cortez (2010) focam a análise nas eleições para a presidência e a capacidade dos partidos em fechar o pleito à concorrência dos demais. Santos (2008) vai além e aponta que o cenário de estabilidade dos resultados eleitorais observado para as eleições do Executivo poderia ser estendido também as eleições legislativas, em especial para a Câmara dos Deputados.

Cabe observar que esta interpretação da relevância da organização partidária no Brasil, por ser muito recente, ainda carece de teorização ampla que a suporte, assim como de um olhar mais abrangente que leve em conta o conjunto das disputas eleitorais. Os trabalhos que a partir de evidências empíricas debatem esta temática deixam algumas lacunas. Notadamente, esta literatura ainda deixa de lado o tratamento que os próprios partidos dão às disputas proporcionais, principalmente ao legislativo federal. De forma geral, as pesquisas analisam os resultados eleitorais proporcionais de maneira agregada, sem considerar os aspectos espaciais. A concentração regional de votos dos partidos é um aspecto relevante neste contexto e é necessário incorporá-la mais detidamente.

Neste sentido, os índices de concentração devem permitir captar adequadamente a importância desta característica do sistema. O índice Quociente Locacional (QL), por exemplo, traz medidas adequadas para a avaliação relativa da dispersão regional dos votos obtidos por um partido em determinada eleição. Neste trabalho, este indicador será aplicado às eleições de

2010 para deputado federal no Rio de Janeiro como forma de avaliar a espacialização relativa dos votos entre os partidos neste distrito.

Elementos Teóricos

Em contraposição à interpretação da existência de partidos fracos como padrão característico do sistema político brasileiro, que remonta a Mainwaring (1991) e Lamounier (1989), surge recentemente uma literatura que, ao se basear na capacidade destes partidos estruturarem a dinâmica legislativa nacional, vislumbra algum grau de articulação partidária também na arena eleitoral. Primordialmente, o debate se encaminha para a avaliação da capacidade dos partidos já organizados de articularem-se a ponto de fecharem as eleições à entrada de novos partidos, focando basicamente nas eleições para o Executivo nacional. Por exemplo, Limongi e Cortez (2010) tratam desta questão abordando a capacidade do PT e do PSDB de articularem alianças com outros partidos de forma que, após seis eleições presidenciais no período pós redemocratização, ambos tenham concentrado os votos em cinco pleitos. Nesta perspectiva, PT e PSDB teriam conseguido estruturar as eleições nacionais através de alianças em cada distrito via coligações, que passam, portanto, pelas disputas pelos cargos de governador em cada um deles.

Entretanto, as eleições proporcionais ainda merecem uma observação mais detalhada como forma de identificar a dinâmica de consolidação dos partidos, inclusive como forma de identificar se o fechamento das disputas ao Executivo Nacional se reflete nas disputas na Câmara Federal. Há diferentes estratégias possíveis de serem adotadas pelos partidos como forma de obter maior participação na Câmara dos Deputados diante das regras eleitorais para disputa dos cargos legislativos. Uma delas é a partir da escolha da lista partidária oferecida aos eleitores. É bastante conhecida a prática da inclusão de

um puxador de votos: usualmente, um indivíduo midiático sem necessariamente possuir histórico político é incluído na lista como forma de alavancar a candidatura de outros indivíduos da mesma lista. Outra alternativa possível passa pela regionalização do voto. O partido procuraria elevar a sua abrangência regional com candidatos que fazem campanhas em áreas distintas, como forma de alcançar maior número de eleitores e, assim, ter condições de expandir sua participação no Congresso Nacional.

Considera-se como ponto fundamental, portanto, que o resultado eleitoral observado em determinado distrito decorre de uma estratégia praticada pelo partido. Em *Making Votes Count*, partindo da premissa de que os eleitores votam de forma instrumental, Gary Cox (1997) nos mostra que a organização de um sistema partidário nacional envolve diferentes problemas de coordenação, e que os resultados das eleições sofrem impacto tanto das instituições adotadas quanto das estratégias dos políticos. E, conforme nos mostra, essas estratégias devem levar em conta a magnitude do distrito e as previsões de votos dos partidos para que eles acertem não só nas estratégias de campanha, mas também e com impacto nestas, quantos candidatos irão lançar (COX, 2005, p.78).

Ainda que a correlação entre ambas não seja perfeita, e de fato, questões circunstanciais terão influência sobre o resultado eleitoral observado a despeito da estratégia escolhida pelo partido, a avaliação temporal destes resultados deve permitir que se identifique o resultado da estratégia eleitoral adotada. No caso particular das eleições para deputado federal, esta capacidade de articulação pode ser avaliada pelo número de cadeiras conquistadas por distrito eleitoral, em primeiro lugar, como também pelo número de votos obtidos em cada município dentro daquele distrito. Esta estratégia pressupõe, por um lado, temporalidade, na medida em que cada resultado obtido em uma eleição se

acumularia em algum grau influenciando os resultados dos pleitos futuros. Admite-se assim que os resultados em uma eleição qualquer carregam de alguma maneira o histórico das ações tomadas pelo partido frente ao eleitorado (PIQUET, ALMEIDA, 2008).

Em suma, o trabalho tratará da concentração espacial do voto de cada partido em determinado distrito ao longo do tempo. Partidos são entendidos aqui como atores estratégicos que desempenham papel ativo na mobilização do eleitorado. O comportamento eleitoral dos indivíduos, captado aqui através do voto, é resultado das atividades de partidos políticos e consequência cumulativa de suas estratégias (PRZEWORSKI, SPRAGUE, 1989).

Índice QL

Dada a dimensão espacial das disputas para o legislativo, não se espera observar distribuições homogêneas de votos com relação ao número de eleitores em cada cidade, tampouco aleatórias, no sentido de que os votos recebidos não reflitam esforços dos partidos. Os candidatos farão campanhas em áreas específicas do estado, ainda que este processo não resulte em votações concentradas, como observado em Avelino *et al.* (2011). Ainda assim, a identificação das localidades de interesse de cada partido pode ser determinada, desde que se controle o número de eleitores de cada município, pois a direta utilização do número de votos obtidos por cada candidato em qualquer localidade particular sofrerá da influência direta do seu tamanho relativo aos demais, o que é indesejado do ponto de vista da interpretação sobre a concentração espacial de votos.

É com intuito de superar estas dificuldades que propõe-se a utilização do Quociente Locacional (QL), conforme utilizado em Benavid-Val (1991). Este índice, originado na Economia Industrial, nos mostra qual a importância

relativa de cada região dentro do setor da economia analisado, determinando se ali há empregados em número acima do esperado para o tamanho daquela cidade. Assim, uma adaptação possível para os resultados eleitorais é:

$$QL_{im} = \frac{V_{im}}{V_i} \bigg/ \frac{V_m}{V}, \quad (1)$$

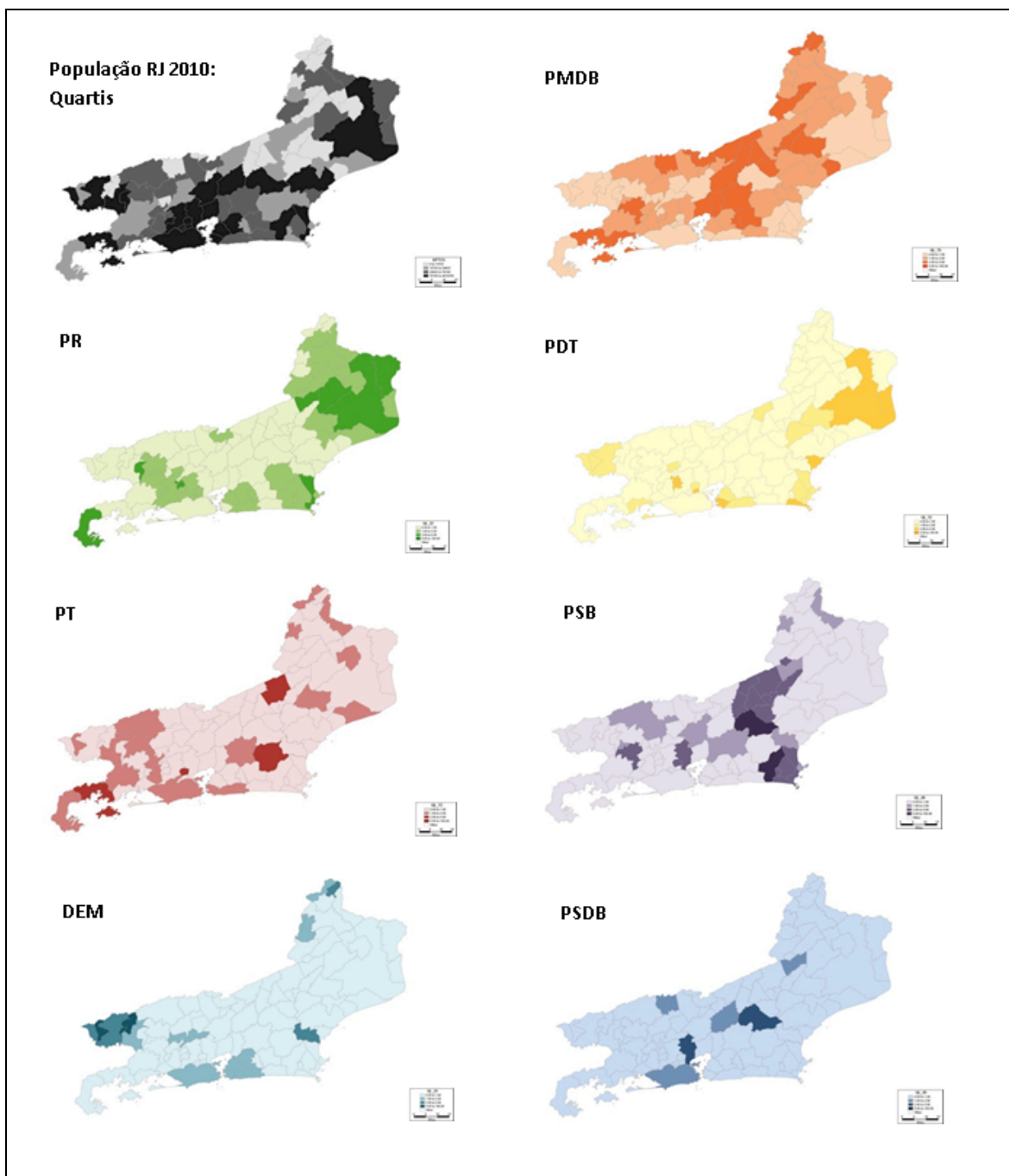
onde V_{im} é o total de votos do partido i no município¹ m , $V_m = \sum_i V_{im}$, $V_i = \sum_m V_{im}$ e $V = \sum_m \sum_i V_{im}$. O numerador mede a proporção de votos do partido em dado município, e o denominador, a proporção de votos da cidade sobre o total do distrito. Assim, quando o QL é igual a 1 significa que o partido recebeu exatamente a quantidade de votos esperada naquele município se a distribuição de votos fosse homogênea, dado o número total de votos recebidos por ele; se igual a 2, o partido teria recebido duas vezes mais votos do que o esperado, e assim sucessivamente. Esta informação permite comparar a votação obtida em termos relativos por município com uma distribuição homogênea. Tem-se, assim, um contrafactual natural para este indicador.

De acordo com o objetivo do trabalho, analisaram-se as votações de 2010 para o cargo de deputado federal dos partidos mais votados no estado do Rio de Janeiro com a aplicação do QL para os votos partidários². Os mapas abaixo apresentam os resultados:

¹ É importante ressaltar que o QL pode ser calculado para diferentes níveis geográficos de interesse, como zona, sessão eleitoral, ou mesmo conjunto de municípios, como micro e mesoregiões.

² Foi considerado o somatório dos votos de legenda com os votos nominais dos candidatos de cada partido para este fim.

Mapa 1 – QL partidário para o Estado do Rio de Janeiro em 2010



Fonte: TSE. Elaborado pelos autores

A primeira observação que deve ser feita é a de que as manchas de concentração dos votos dos partidos não coincidem necessariamente com as áreas nas quais a população se concentra. As manchas dos QLs para cada um

deles denota as áreas nas quais os partidos obtiveram votos acima e abaixo do esperado em uma distribuição homogênea. Por exemplo, o PMDB, partido no governo estadual pelas duas últimas gestões, não possui uma mancha muito definida, e em grande parte dos municípios seu QL está nas faixas entre zero e dois. Há alguma concentração que corta a Região Serrana, mas aparecem manchas também nos extremos do estado. Pode-se dizer que o partido não é muito dependente de nenhuma região fluminense.

O partido das gestões estaduais anteriores, PR, possui manchas na zona norte fluminense – cujo maior município, Campos dos Goyatacazes, é berço da família Garotinho – com outras áreas de concentração mais elevada ao sul do estado. O PDT também apresenta alguma concentração ao norte, que se pronuncia ainda mais pelo legado do brizolismo não estar concentrado em quase nenhuma outra parte do território.

O PT, por sua vez, tem baixo QL dentro da escala criada na grande maioria dos municípios, sendo relativamente concentrado no Médio Paraíba, mas com algumas outras concentrações dispersas. Vale ressaltar que entre os quatro maiores partidos o PT é o único com concentração na cidade do Rio de Janeiro. O PSB, de outro lado, traz uma mancha mais definida ao leste da Região Serrana e dos Lagos.

O DEM, baixamente concentrado ao longo do território, possui alguma concentração na ponta do Médio Paraíba. Também o PSDB esteve baixamente concentrado na maioria dos municípios, alcançando QL superior a um em apenas cinco cidades bastante populosas, incluindo a capital. Sugere-se que seu desempenho depende dessas cidades.

Destaca-se nestes mapas uma relativa complementaridade entre os partidos na concentração de votos neste distrito. Esta observação precisa ser cruzada com as coligações feitas nesta eleição para que se possa avaliar sua

extensão. Mas, ainda assim, esta hipótese dá espaço para que o componente regional seja incluído nas análises sobre o resultado eleitoral de cada partido.

Considerações Finais

O debate sobre coordenação no sistema partidário brasileiro está notadamente focado nas eleições presidenciais. A preocupação centra-se na capacidade dos partidos articularem-se de forma a impedir que outros partidos lancem candidatos. Porém, muito pouco se conhece sobre a capacidade de articulação partidária nas disputas proporcionais.

Para os cargos legislativos, o aspecto regional é fundamental em decorrência das regras eleitorais: votação proporcional com lista aberta em distritos multimembros. Se os partidos possuem algumas estratégias possíveis com o intuito de fortalecerem-se no Congresso, uma destas é a dispersão dos votos ao longo do território.

Este exercício consistiu em aplicar o índice de concentração QL às eleições do Rio de Janeiro, no intuito de captar um pouco do comportamento dos partidos na disputa para o Congresso. Importante destacar que não se tratou de encontrar redutos ou regiões de dominância dos partidos, tanto que os municípios de concentração dos partidos muitas vezes se sobrepõem. Tratou-se sim de identificar se a votação dos partidos se distribui ou não de maneira homogênea e quais as regiões de relativa concentração dos votos dos partidos. Mostrou-se que, sobretudo para os maiores partidos, há dispersão dos votos. São resultados preliminares e ainda merecem maiores investigações.

Referências

- AVELINO FILHO, G., BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. A concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, n.2, pp. 319-347, 2011.
- BENAVID-VAL, A. Economy Composition Analysis. In: *Regional and Local Economic Analysis for Practitioners*, NY, Praeger, Capítulo 7, pp. 67-76, 1991.
- CARNEIRO, L. P. e ALMEIDA, M. H. T. “Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, 2008.
- COX, G. W. *Making Votes Count*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- COX, G. W. Electoral institutions and political competition: coordination, persuasion and mobilization. In: *Handbook of New Institutional Economics*, ed. 2005.
- LAMOUNIER, B. Authoritarian Brazil Revisited: The Impact of Elections on the Abertura. In: A. Stepan (ed.) *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*, Oxford, Oxford University Press, pp. 43-79, 1989.
- LIMONGI, F. e CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário, *Novos Estudos*, n.88, pp. 21-37, 2010.
- MAINWARING, Scott. Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective. *Comparative Politics*, vol. 24, no 1, pp. 21-43, 1991.
- PRZEWORSKI, A. e SPRAGUE, J. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, F. Brazilian democracy and the power of "old" theories of party competition. *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, Jan/Jun., 2008.